

# Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco, 1839.

O projeto ilustrado brasileiro  
para a unidade nacional.

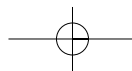
---

*Vinicius Pontes Martins*

Graduando de História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
– UERJ e bolsista do projeto Guia Ilustrado de Fontes para a História  
da Ciência – CNPQ/BN/IBICT.

*Geraldo Moreira Prado*

Professor de História no Curso de Pós-Graduação em Ciência  
da Informação (Convênio IBICT-UFF) e pesquisador do CNPq.





“Tão dignas de consideração foram sempre julgadas as noções estatísticas sobre o estado da população, cultura, produção, consumo e exportação de qualquer país, que a carta régia de 8 de julho de 1800, dirigida ao vice-rei do Brasil, entre as primeiras obrigações de seu cargo, enumerava a de obter e enviar a Portugal essas noções; porque só em virtude delas se podia facilmente conhecer o grau de prosperidade a que o país poderia elevar-se (...)”.\*

No final da década de 1830, o secretário de governo da província de Pernambuco, Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, teve a idéia de produzir uma grande estatística daquela província, um mapeamento que desse conta de seus aspectos físicos, políticos, naturais e econômicos a partir de dados fornecidos pelas autoridades locais, tratados e analisados segundo métodos científicos.

Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, nascido em Sobral, na capitania do Ceará, em 1809, havia se formado em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Olin-da em 1832, iniciando sua carreira no ano seguinte como promotor público da Corte. Na magistratura atuou em diversos cargos, entre os quais o de desembargador da Relação de Pernambuco, onde exerceu o cargo de procurador da Coroa, Fazenda e Soberania Nacional, em 1855. Em 1861 foi transferido para a Relação do Rio de Janeiro, da qual foi nomeado presidente em 1870. Por decreto de 1873, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Como membro do Partido Conservador, exerceu por cinco vezes o mandato de deputado, sendo quatro delas como representante da província do Ceará e uma por Pernambuco. Em 1870 foi nomeado senador pelo Ceará, na vaga aberta pelo falecimento do marquês de Abrantes. O imperador Pedro II aproveitou seus serviços na alta administração de duas províncias do Império: Maranhão, em 1842, e Rio Grande do Sul, em 1871, onde permaneceu até 1872. Sua atuação nas duas províncias foi das mais delicadas e difíceis, pois ambas estavam dilaceradas pelas lutas partidárias entre conservadores e liberais<sup>1</sup>.

O interesse pela confecção de uma estatística provincial, nos moldes por ele idealizados, pode ter sido um reflexo do exercício de suas funções como secretário de província – cargo que exerceu de 1838 até 1840, pois uma de suas atribuições era organizar os relatórios da administração provincial. Dos que estão publicados nos *Relatórios de Presidentes de Província*<sup>2</sup> constam várias tabelas estatísticas

\* MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979. p.21.

confeccionadas por Figueira de Mello. Possivelmente, a dificuldade que encontrou para coletar os dados necessários para a produção daqueles relatórios o tenham inspirado a propor que a geração desses dados fosse institucionalizada, regulamentada e obrigatória.

Apresentada a proposta de elaboração da estatística ao presidente da província de Pernambuco, Francisco do Rego Barros, este reconheceu a importância da tarefa, deixando-a sob a responsabilidade de seu idealizador. Figueira de Mello ficaria encarregado de coletar informações das diversas freguesias, vilas e municípios através de suas instâncias administrativas. No entanto, os trabalhos só começaram em 1841, depois de criadas as leis que garantiam o envio, por parte das autoridades locais, das informações necessárias para a confecção da obra.

Em 27 de fevereiro do mesmo ano foi assinado o contrato<sup>3</sup> entre Figueira de Mello e o presidente da província, Francisco do Rego Barros, dando início assim aos trabalhos necessários para a confecção da obra, que seria publicada, em 1852, como *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco*<sup>4</sup>.

A proposta de estatística apresentada por Figueira de Mello é diferente do modelo de estatística hoje corrente. Ela não deveria apenas dar conta do levantamento e coleta de dados numéricos para serem organizados; sua função era bem mais abrangente, pois deveria levantar informações que compusessem inicialmente um quadro regional e, num segundo momento, um quadro nacional, apresentando-o de forma organizada e seguindo os protocolos científicos da época. Estas informações não deveriam ser colhidas apenas em fontes 'oficiais', mesmo porque não era prática comum a produção sistemática de relatórios por parte dos diversos órgãos administrativos do governo – em muitos casos estes sequer existiam, ficando o exercício de suas funções a cargo de particulares que acabavam personalizando o poder cujo reconhecimento deveria estar na figura do imperador. De fato, a produção desse tipo de estudo muitas vezes se baseava nas informações coletadas a partir de relatos fornecidos por viajantes, que tinham o Brasil como objeto de pesquisa.<sup>5</sup>

A prática desse tipo de estatística no Brasil pode ser relacionada a iniciativas semelhantes verificadas em nações européias, não sendo, portanto, um acontecimento isolado. Desde o final do séc. XVIII na Europa iluminista surge a necessidade de basear a construção dos Estados nacionais modernos em fundamentos científicos e racionalistas materializados, nesse momento, nas ciências históricas. A partir de então, as noções de estatística passam a ser bastante valorizadas. Nelas haviam sido investidas duas tarefas distintas e correlatas; a de auxiliar as ciências históricas na edificação de uma identidade nacional calcada nos costumes e tradições comuns, capaz de dar conta da tarefa de manter unidas essas nações; e a de servir a um novo modelo de Estado centralizado, que manteria o controle ad-

ministrativo de seus territórios através do levantamento e análise minuciosa de informações que serviriam para indicar a melhor forma de explorar os seus recursos e conduzir à execução de políticas públicas a partir das informações presentes nos relatórios. Marie-Noëlle Bourguet identifica esse múltiplo caráter da estatística napoleônica:

“A estatística dos *préfets*<sup>6</sup> se oferecia como um objeto de múltiplas funções<sup>7</sup>: ela era obra de agentes do Estado, ocupados em construir a nação e, ao mesmo tempo, um trabalho de conhecimento metódico da sociedade. Seu estudo podia permitir o embasamento, e talvez a elucidação, pela análise histórica das interrogações presentes sobre a natureza das ciências sociais e a identidade francesa”<sup>8</sup>.

Desde o fim da primeira metade do séc. XIX os integrantes da elite intelectual e política brasileira partilhavam das mesmas preocupações que seus pares europeus. Precisavam colocar em curso o projeto de construção de uma identidade nacional, de uma nação civilizada nos trópicos, apresentando-se ao resto do mundo como tal e, desta forma, conduzindo-os ao lugar que lhes cabia no concerto das nações<sup>9</sup>.

Essa dinâmica se reproduz em menor escala no âmbito interno do país, pois, da mesma forma, as diversas províncias não se sentiam pertencentes ao conjunto maior da nação, atuando e pensando muitas vezes isoladamente e segundo os próprios interesses regionais. Neste contexto, é importante enfatizar que nem mesmo os limites provinciais eram definidos de forma clara. As diversas partes que constituíam o Brasil naquele momento ainda não se conheciam, e as elites intelectuais nacionais haviam entendido que aquele era o momento em que deveriam se apresentar aos seus pares. Na verdade essa iniciativa da intelectualidade nacional, de pensar a construção da sua identidade, vai ao encontro de um projeto muito maior, idealizado e posto em prática pelo Estado: estabelecer um novo pacto social que legitimasse o governo do Segundo Reinado a partir de uma política fundamentada em princípios nacionalistas que procuravam fortalecer a identificação do povo brasileiro com seu imperador.

É importante assinalar que a criação de condições para a construção e implementação de um corpo de funcionários e instituições, responsáveis pela coleta e apresentação dos dados, estaria ligada de alguma maneira ao Estado. Isso serviria para levar a figura e o poder do imperador a todo o território da nação, onde ele estaria representado institucionalmente. Esta ramificação da teia de poder, portanto, permitiria que a população se identificasse com o seu soberano, legitimando, assim, o seu poder.

Em termos de representatividade, a adoção deste tipo de estrutura de poder se tornaria mais efetiva do que a representação do imperador pelos presidentes de província, pois, devido em grande parte às limitações de comunicação e transporte, os mesmos tinham sua área de atuação restrita às capitais das províncias ou localidades próximas, sendo até mesmo desconhecidos nas freguesias e vilas mais distantes. Desta forma, a criação desta rede coletora de dados interiorizaria o poder real, auxiliando na manutenção da unidade nacional.

Quanto à manutenção da unidade nacional, outro fator conferia mais urgência à tarefa. Ainda existia nas elites ilustradas nacionais um grande temor devido a acontecimentos de um passado muito recente, quando regionalismos exaltados, desencadeados por um fraco poder central, fizeram eclodir, desde a época colonial, passando pelo período regencial, revoltas que colocaram em risco a integridade do território e a unidade nacional.

“Os políticos da época eram bem conscientes da insegurança das tensões internas, sociais, raciais, da fragmentação, dos regionalismos, da falta de unidade que não dera margem ao aparecimento de uma consciência nacional que desse força a um movimento revolucionário capaz de reconstruir a sociedade. Não faltavam manifestações exaltadas de nativismo e pressões bem definidas de interesses localistas. No entanto, a consciência propriamente “nacional” viria através da integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio (1840-1850) conseguida a duras penas através da luta pela centralização do poder e da “vontade de ser brasileiro”, que foi talvez uma das principais forças políticas modeladoras do Império; a vontade de se constituir e sobreviver como nação civilizada européia nos trópicos apesar da sociedade escravocrata e mestiça da colônia”.<sup>10</sup>

Contudo, a produção da Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco estava longe de ser uma simples imposição da corte do Rio de Janeiro. A proposta de Figueira de Mello nasce em grande parte desta “vontade de ser brasileiro” e da necessidade que sentia, como conservador e defensor do Império, de conduzir sua província ao lugar que lhe cabia no quadro nacional que se constituía, garantindo, assim, sua inserção num novo modelo administrativo centralizado. A iniciativa de contribuir com bases científicas para o crescimento da nação reflete, em parte, o pensamento e a trajetória de seu idealizador, uma vez que Figueira de Mello havia sido criado dentro de um modelo de ilustração segundo o qual o conhecimento e a ciência deveriam atuar como fonte de progresso, que contribuísse para levar o Brasil ao lugar que lhe pertencia no conjunto das nações civilizadas.

Sua iniciativa, entretanto, nunca foi uma unanimidade. A obra ainda inacabada sofreu todo o tipo de críticas, por parte inclusive de seus colegas do Partido Conservador, que pareciam não compreender a importância da matéria. As críticas de Brás Florentino Henriques de Sousa, um de seus colegas de partido, emitidas em seu parecer sobre a estatística, “revelam o seu despreço pelo interesse histórico da obra, que lhe parece um fraco interesse”<sup>11</sup>. Pois era justamente o interesse histórico latente naquela obra que lhe conferia importância dentro do projeto de construção da imagem e manutenção da unidade nacional, uma vez que produzindo e divulgando a história de Pernambuco, enquanto membro constituinte da nação, os pernambucanos se sentiriam acima de tudo brasileiros.

A história seria, dentro do grande projeto nacional, elemento fundamental capaz de despertar o sentimento de unidade – uma idéia de passado em comum – que serviria para amarrar os “retalhos” que constituíam o país naquele momento.

Devido a todos esses problemas e associando questões políticas, tanto de ordem interna na província – como, por exemplo, a subida ao poder do Partido Praieiro (1844 – 1848)<sup>12</sup>, que deixou o projeto engavetado durante anos – quanto no âmbito nacional, a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco não pôde ser apresentada como havia sido idealizada por Figueira de Mello. Quando finalmente foi publicada, com 10 anos de atraso em relação ao prazo estipulado em contrato, mantinha apenas os quatro primeiros capítulos dos doze que originalmente compunham a obra<sup>13</sup>, além de terem sido suprimidas as notas interpretativas produzidas pelo autor.

É válido ressaltar que não foi por acaso que a iniciativa pioneira de confeccionar esse tipo de estatística ocorreu na província de Pernambuco. A província, entre 1817 e 1824, havia sofrido três revoltas violentas: a rebelião de 1817, que teria reflexos em outras províncias, como Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, e que declarou a província como República de Pernambuco; a revolta de Goyanna, em 1820, com menor caráter separatista e maior ênfase no questionamento da legitimidade dos integrantes escolhidos para representar a província nas cortes de Lisboa, e a Confederação do Equador, em 1824, também com uma forte marca separatista e republicana. Por conta desses acontecimentos as elites pernambucanas entendiam a urgência que existia em ligar a província ao restante do país.

Nessa atmosfera interna, em que tem lugar o início das discussões sobre como se deveria escrever a história nacional, uma série de iniciativas são tomadas nesse sentido. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 – um ano antes da apresentação da proposta para a produção da estatística por parte

de Figueira de Mello – é um elemento fundamental desse movimento, pois dentro do instituto serão determinadas as linhas de trabalho que nortearão o processo de construção da nação.

“(…) fica claro o projeto da instituição de trabalhar com o instrumentário da história e da geografia. Na verdade, cada uma dessas matérias fornecerá os dados imprescindíveis para a definição do quadro nacional em vias de esboço; história e geografia enquanto dois momentos de um mesmo processo, ao final do qual o quadro da Nação, na sua integralidade, em seus aspectos físicos e sociais estaria delineado”.<sup>14</sup>

Na verdade as noções de estatística sempre fizeram parte do instrumental metodológico dos ilustrados, e mesmo indiretamente sempre estiveram presentes nos projetos propostos pelo IHGB. A necessidade de utilizar esse instrumental estatístico também se mostra clara quando se analisam as instruções dadas aos viajantes que percorriam o Brasil, tanto num primeiro momento, a serviço do reino, quanto posteriormente, quando essas viagens passaram a ser patrocinadas e incentivadas pelo próprio instituto. A utilização dessa metodologia garantiria, assim, que a coleta de informações fosse feita com base em padrões de classificação internacionais. Mais uma vez, portanto, fica evidente a necessidade que os ilustrados brasileiros sentiam de se inserir nos quadros de uma ciência que se mostrava cada vez mais internacionalizada.

Além desse objetivo primeiro de se inserir nos quadros científicos internacionais, os membros do IHGB, representados pela figura de seu presidente Januário da Cunha Barbosa, enxergavam ainda outras vantagens que o Império poderia conseguir incentivando projetos de exploração do território. Nesse momento o Império que se constituía ainda conhecia muito pouco dos seus próprios recursos.

“(…) Segundo justificava o próprio Januário da Cunha Barbosa, ainda que material relevante não fosse apurado, mesmo assim ‘a descoberta de terrenos, que podem ser vantajosos ao Estado, compensará de certo os esforços que se fizerem com esse feito’”.<sup>15</sup>

Apesar de não ter surgido da iniciativa direta do instituto, nem ter figurado nos planos de ação do IHGB, a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco se mostra totalmente alinhada com os objetivos e metodologia traçados em seu plano de trabalho, já que buscava coletar dados para definir um quadro

regional o mais amplo possível. Na verdade, o Instituto identificava, assim como Figueira de Mello, a importância desse tipo de estatística para o trabalho em desenvolvimento; tanto que seu presidente manifestou vontade de promover a confecção de estatísticas por todo o país. Depois de prontos, esses relatórios deveriam ser encaminhados ao IHGB, ao qual caberia a tarefa de armazená-los.

“(...) o pedido aos presidentes de província do envio de seus relatórios anuais, interferindo assim na competência do Arquivo Nacional, criado no mesmo ano de 1838; ou ainda o plano de Januário da Cunha Barbosa de transformar o IHGB numa central de dados de natureza estatística, levantados nas diferentes províncias. Concebido de forma ampla, o projeto de história nacional deveria dar conta da totalidade, construindo a Nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos.”<sup>16</sup>

É curioso perceber que, apesar dessa “independência” em relação ao IHGB, o artigo 2º do contrato assinado para a organização da estatística reconhece a legitimidade do Instituto como órgão autorizado para arbitrar quaisquer questões referentes ao processo de construção da identidade nacional.

“O referido bacharel perceberá a quantia de quatro contos de réis(...) Se porém o desempenho deste for incompleto, perceberá somente uma parte desta quantia, que, em tal hipótese, será marcada a juízo de quatro árbitros, nomeados dois pelo presidente da Província, e dois pelo bacharel contratante, *podendo este submeter a sua decisão ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro.*”<sup>17</sup>

Também merece consideração a análise da classificação adotada por Figueira de Mello para organizar a estatística provincial. O sumário da obra mostra que o projeto procurava dar conta da multiplicidade de temas nos seus mais variados aspectos e se revela mais uma vez como um reflexo de sua ilustração.

O primeiro capítulo, “Do território”, traz informações sobre o tamanho do território, limites geográficos com províncias vizinhas, superfície, clima, estações, salubridade, hidrografia, relevo, singularidades e vantagens e desvantagens do território. O segundo capítulo, “Da divisão do território”, trata da divisão territorial de forma extensa, abrangendo não somente a divisão física dos limites entre os municípios, mas também a divisão judiciária ou de comarcas, eclesiástica ou de freguesias, e a posição das cidades e vilas com as distâncias entre elas. Nesses dois primeiros capítulos fica clara a intenção de tentar definir o que seria a provín-

cia de Pernambuco em termos físicos, delimitando seu território, analisando seu clima e relevo e interligando seus municípios e vilas.

O terceiro capítulo, “Do governo e administração da Justiça”, trata da administração pública em geral, trazendo informações sobre o que ele chamou de governo civil, municipal, eclesiástico; administração da justiça, governo militar e forças armadas. Nesse último artigo sobre as forças armadas, é interessante ressaltar a existência de um parágrafo que trata do “caráter militar dos pernambucanos”. O quarto capítulo, “Da população e seu movimento”, procura abordar a dinâmica da população da província, levantando dados sobre concentração em cidades e vilas e os movimentos migratórios internos.

O quinto capítulo, “Dos produtos dos três reinos naturais”, é o mais extenso e faz um levantamento minucioso de todas as riquezas naturais da província, tentando mostrar a melhor maneira de explorá-las. Os três capítulos seguintes referem-se à produção industrial e ao comércio local, trazendo informações sobre a produção manufatureira, meios de transporte para o escoamento dessa produção e circulação; comércio interno e externo e a indústria pesqueira. Os capítulos 9, 10 e 11 abordam questões religiosas, morais e culturais, registrando a existência de seminários, irmandades, conventos, educandários e liceus, instituições de caridade e beneficentes. Nesses capítulos são tratadas ainda as questões de saúde e higiene públicas que sempre foram alvo de preocupação para Figueira de Mello. No último capítulo são apresentados dados relativos às finanças públicas, com quadros sobre as receitas e despesas da província. A intenção parece ser a de apresentar de forma mais ampla todo o potencial da província, seja em termos de população, seja de produção, buscando definir qual o papel que lhe caberia dentro da dinâmica da nação.

A importância deste tipo de trabalho de Figueira de Mello pode ser expressa por este trecho da introdução à publicação do *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*:

“A estatística é, como diz Forjaz de Sampaio nos seus *Elementos de economia política e de estatística*, a luz do legislador, do ministro de Estado, e do diplomata, a prova e o comentário de toda a história, e o único fundamento seguro dos cálculos do porvir.”<sup>18</sup>

Fica clara, portanto, a tentativa de Figueira de Mello de, a partir da produção da estatística civil e política da Província de Pernambuco, apresentar a província com um conjunto unitário, coeso e organizado, capaz de ser inserido com suas particularidades no quadro da nação que, naquele momento, se constituía. Desta

forma, contribuindo para o seu progresso. Dentro do conjunto de iniciativas que floresceram nesse período, no sentido de consolidar a nação brasileira, o *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco* tem lugar de destaque, já que foi a única obra de levantamento de informações desse porte produzida antes do censo de 1872.

## NOTAS

- 1 – [http://www.stf.gov.br/institucional/ministros/imperio.asp?cod\\_min=73](http://www.stf.gov.br/institucional/ministros/imperio.asp?cod_min=73)
- 2 – <http://www.crl.edu/content/brazil/pern.htm>
- 3 – Contrato celebrado entre Jerônimo Martiniano Figueira de Mello e Francisco do Rêgo Barros, presidente da província de Pernambuco, para a produção da Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco. Recife, 27/02/1841 (Biblioteca Nacional. DiMss I-30,02,002)
- 4 – Parte dos originais da Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco integra a Coleção Figueira de Melo – Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.
- 5 – AMADEO, Maria Eliza de Souza Gomes. *O catálogo da exposição de história do Brasil (1881): Documentando a nação*. Rio de Janeiro, monografia, graduação em História – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.
- 6 – O original *préfets* pode ser definido como um funcionário público responsável pela coleta de dados.
- 7 – No original, *objet-carrefour*, literalmente ‘objeto-cruzamento’ ou ‘encruzilhada’.
- 8 – BOURGUET, Marie-Nöelle. *Déchiffrer la France: La statistique départementale à l’époque napoléonienne*. Paris: Éditions des archives contemporaines, 1988. p. 9.
- 9 – NEVES, Margarida de Souza. “A ‘machina’ e o indígena: o Império de Brasil e a exposição internacional de 1862”. In: HEIZER, Alda & VIEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.) *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.
- 10 – Apud. KURY, Lorelai B. *O Império dos miasmas: A Academia Imperial de Medicina (1830-1850)*. Niterói, Dissertação de mestrado, pós-graduação em História – Universidade Federal Fluminense, 1991. p. 48.
- 11 – MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. Op. cit. p.16.
- 12 – Idem. p.13
- 13 – MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Índice dos capítulos, artigos e etc. da Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*. [Recife], [1843] (Biblioteca Nacional. DiMss I-30,02,001 n° 011)
- 14 – GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988. p.12.
- 15 – Idem. p.17.
- 16 – Idem. p.12.
- 17 – MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. Op. Cit. p.31.
- 18 – Idem, p. 22.